

SOBRE A CIDADE IDEAL DE LEON BATTISTA ALBERTI AOS OLHOS DE UM HUMANISTA CHAMADO MICHEL PAOLI

Fellipe de Andrade Abreu e Lima¹

Resumo

Esse texto que apresento e traduzo “A Cidade (ideal?) de Alberti” é a luz que parece faltar aos estudos sobre o tema em questão: seria Alberti um pensador da cidade ideal ou um prático que desejava transformar o mundo em plena realidade, sem dúvida imperfeita? Seria uma cidade ideal ou um ideal de cidade? O autor, Michel Paoli, faz uma longa trajetória com precisão metodológica e histórica. Ambas se entrelaçam e tecem uma teia que, ao contrário do que poderia parecer, esclarece a imagem sobre a temática em questão.

Palavras-chave: Cidade ideal. Alberti. Michel Paoli.

Abstract

This text and translate present "The City (? Ideal) Alberti" is the light that seems to be missing the studies on the topic in question: would a thinker Alberti ideal town or a practical he wanted to make the world full reality without doubt imperfect? Would be an ideal town or an ideal city? The author, Michel Paoli, makes a long journey with methodological and historical accuracy. Both intertwine and weave a web that, contrary to what might seem, clarifies the picture on the theme in question.

Keywords: Dream City. Alberti. Michel Paoli.

¹ Doutor em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Research Assistant Harvard University 2011. Ph. D. Visitor Fellow (Sandwich Doctorate in Harvard University – Department of Art and History of Architecture). Mestre em Teoria e História de Arquitetura e do Urbanismo/Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2007). Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Professor da Universidade Paulista (UNIP) e da Universidade de Sorocaba (UNISO). Tradutor e profissional liberal.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O texto ora traduzido para o português foi escrito pelo ilustre professor Michel Paoli, um vocacionado para os estudos albertianos. Conheci Michel Paoli em Paris em 2011, através da indicação do emérito professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Carlos Antônio Leite Brandão: provavelmente o maior especialista sobre a obra de Leon Battista Alberti no Brasil. Essa indicação frutificou em uma amizade e em visitas mútuas, que têm como causa principal o acesso aos leitores de língua portuguesa a textos produzidos por este letrado escritor francês. Não à toa cultivo essa amizade, pois os textos do Paoli me esclarecem as dúvidas sobre os temas aos quais alude.

Esse texto que apresento e traduzo para esse catálogo – A Cidade (ideal?) de Alberti – foi escrito especialmente para essa edição, e é a luz que parece faltar aos estudos sobre o tema em questão: seria Alberti um pensador da cidade ideal ou um prático que desejava transformar o mundo em plena realidade, sem dúvida imperfeita? Seria uma cidade ideal ou um ideal de cidade? O autor faz uma longa trajetória com precisão metodológica; aliás, esse texto possui duas qualidades impressionantes: uma metodológica e outra histórica. Ambas se entrelaçam e tecem uma teia que, ao contrário do que poderia parecer, esclarece a imagem sobre a temática em questão.

O propósito maior da reunião desses textos é a tentativa de difundi-los considerando a impossibilidade de termos acesso a eles na maioria das bibliotecas, mesmo nas melhores universidades no Brasil, e ainda, mesmo, com a difusão dos trabalhos científicos hoje em dia nas redes digitais. Mas esse texto apresenta uma luz especial, pois abala o rumo que as pesquisas sobre o autor renascentista tomavam. A maioria dos estudos, sobre Alberti, seguia as diretrizes estabelecidas por Franco Borsi, Carroll W. Westfall e Rudolph Wittkower, um depois do outro. Como bem evidencia Paoli no texto a seguir, apenas após os colóquios do sexto centenário do nascimento de Alberti as pesquisas evoluíram em termos de novas fontes e estudos filológicos. Mas qual luz é essa? Bem, o autor conclui que não há verdades absolutas sobre a obra de um autor, em questão o humanista Leon Battista. Se a microhistória veio abalar as bases das

‘verdades’ da história até então, desde as contribuições da ‘École des Annales’; as releituras e novas metodologias clarearam o mundo para aquilo que se poderia chamar de ‘fim da história’. Mas parece que a nova verdade é não haver verdades, e então nos aproximamos ao oriente e sua filosofia, quando o que importa não é o fim, mas o trajeto. É nesse sentido que parece surgir uma verdade nova, uma história nova: a da busca, a da pesquisa.

Contudo, apesar do exposto e das múltiplas edições críticas, dos ensaios e suas tentativas e dos textos e tratados de Alberti e de outros mais sobre o autor e sua obra, alguns pontos continuam opacos, obscuros; e possivelmente continuarão sempre assim, pois as certezas são improváveis no mundo do humanismo. Desta forma, Paoli inicia o texto fazendo uma análise da vida de Alberti, considerando sua condição social, familiar, cultural. Relaciona a tendência de se associar as elevadas concepções intelectuais, desde o século XIX, a Leon Battista Alberti ou às ideias dele, originárias ou relacionadas a ele. Oferece uma relação direta de que seria óbvio relacionar a concepção de cidades ideais a homens ideais, daí o surgimento do nome de Leon Battista Alberti ser renascido, também por influência de Jacob Burckhardt em seu clássico ‘A Cultura do Renascimento na Itália’.

Mas Michel Paoli faz uma abordagem metodologicamente atual quando tenta responder a pergunta sobre a cidade ideal ou o ideal de cidade de Alberti. Ele faz uma leitura estruturalista do autor em diálogo crítico, dialético e hermenêutico com suas obras e seus contextos – social, temporal, cultural, etc. Nesse sentido, as possíveis respostas óbvias, quando tomadas dentro de contextos específicos, tomam novos rumos quando apresentam novas facetas. Ad exemplum: pontos do ‘Intercoenales’, do ‘De pictura’, do ‘Obtrectatores’ e do ‘De re aedificatoria’, sugerem respostas diversas quando lidos separadamente e conjuntamente. No primeiro caso as respostas parecem ser mais óbvias, mas no segundo se apresentam com mais caráter e dignidade, talvez mesmo com mais respeito e harmonia.

Na segunda parte do texto Paoli faz a discussão sobre as relações historicamente feitas entre as ‘cidades ideais’ e a figura de Leon Battista Alberti, chegando às contribuições feitas por Manfredo Tafuri em ‘Ricerca del Rinascimento. Principi, Città,

Architetti' (Torino: Einaudi, 1992). O autor revela, com sua perspicácia metodológica, as 'denúncias' feitas por Alberti no 'Momus' e a incapacidade do Papa Nicolau V em perceber os desvios tomados para o objetivo maior que seria a 'restauratio' de Roma. Júpiter não ouviu os conselhos que lhe foram dados e parece que nem mesmo o sucessor de Nicolau: Pio II. De qualquer modo, Pienza foi rebatizada e a reforma parcialmente feita. Assim, Paoli tece uma teia de considerações, valendo-se de importantes fontes como o texto de Landino, 'Disputationes camaldulenses', para discutir a relação entre projetos reais e projetos ideais de Alberti. O objetivo é sempre um: responder ao questionamento inicial (Alberti propõe um ideal de cidade ou uma cidade ideal?)

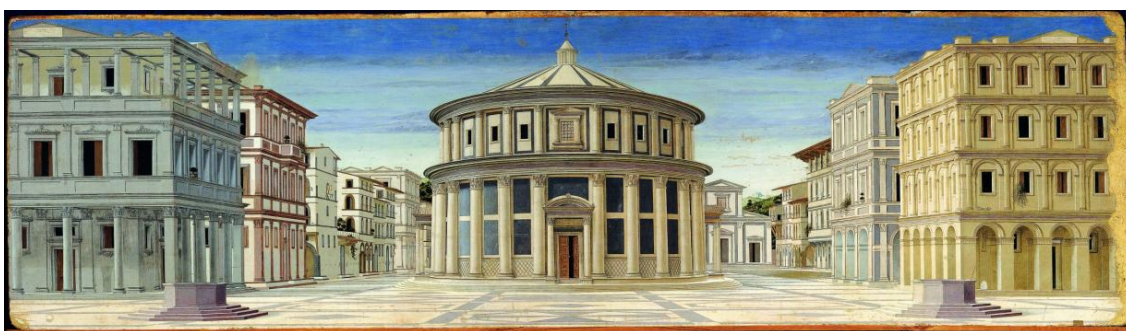
A terceira e última parte do texto é quando o autor faz mais uso do tratado de arquitetura de Alberti. A questão inicial é recolocada e posta em confronto com o texto. Citando Platão, Alberti diz: [Eu também gostaria de imitar a resposta de Platão quando lhe perguntaram sobre onde poderia encontrar a famosa cidade que ele havia retratado: "Não existe, disse ele, mas eu estou procurando determinar a melhor cidade para o devir; quanto a você, pense bem no que você acha que deve ser preferido por todos os outros e que será de opinião mais aproximada por todos"]. Mas no fim das contas, tomando as concepções de cidades reais ou de tiranos, somando as discussões de Maquiavel, em 'O Príncipe', Paoli conclui que 'Nada disso que foi dito é concreto', mas que Alberti procurava sim uma 'ordem'. Aliás, a cidade ideal é aquela que é materialmente real, mas idealmente imaterial. A 'ordem' é a 'reflexão' contínua, a trajetória. A cidade parece ser na visão de Paoli uma constante releitura, uma entidade viva e mutável, mas isso é o que parece ser o entendimento mesmo de Alberti. Se real ou ideal, se material ou imaterial, não importa, pois a cidade é tudo isso e muito mais; é tudo que possa ser pensado pelo homem em sua história viva, com múltiplas metáforas e releituras: infinitas possibilidades.

Não há muito mais a falar sobre o texto humildemente traduzido. Apenas devemos ressaltar que disponibilizamos o texto original neste mesmo catálogo para que os leitores mais dotados em língua francesa pudessem desfrutar de um exame mais

preciso; minhas faculdades nesta nobre língua são singelas. Peço, portanto desculpa pelos erros possíveis, que já imagino ter cometido; mas peço que compreendam que foi uma atitude de um ansioso, que desejava dividir uma felicidade com todos, disponibilizando um texto que merece ser lido pelos amantes do tema.

LA VILLE (IDEALE?) CHEZ ALBERTI

Prof. Dr. Michel Paoli



2 HOMME IDÉAL PROPOSE VILLE IDÉALE, BON RAPPORT QUALITÉ-PRIX

Pourquoi l'idée de «ville idéale» est-elle souvent associée au nom d'Alberti, et cela est-il justifié? Lorsque l'on pense à la ville idéale à la Renaissance, on pense à des projets, éventuellement à des réalisations; des images surgissent en nous. Or il n'est pas rare de trouver le nom d'Alberti mêlé à ces projets ou ces images qui ont trouvé ou non une forme de réalisation. En ce qui concerne le XVe siècle, au moins trois idées viennent immédiatement à l'esprit: les ambitieux projets de restructurations de la ville de Rome sous le pontificat de Nicolas V; l'aménagement «urbain» du bourg natal du pape Pie II, Pienza; les trois panneaux dits des «cités idéales» d'Urbino, Berlin et Baltimore (et en particulier le premier des trois). Dans tous ces cas, même si l'on ne dispose que d'une documentation très limitée voire inexistante, le nom d'Alberti semble émerger avec évidence car il est courant de voir son nom cité comme celui d'une sorte

d'impresario occulte qui nourrirait l'Italie entière de ses idées.

Il ne serait pas difficile de montrer que cela est d'ailleurs valable pour l'ensemble de sa vie et de ses interventions les plus connues. Lorsqu'on propose, par exemple, de reconnaître Alberti dans une fresque peinte par Masaccio en 1427 au milieu d'artistes aussi renommés que Brunelleschi, Donatello et Masaccio lui-même, on fait de lui un prodige de 23 ans qui ferait succomber tout le monde sous son charme intellectuel. Les connaissances sur la vie d'Alberti, sur son milieu familial, professionnel, amical, relationnel ayant beaucoup évolué ces dernières années, en particulier à l'occasion des quinze colloques qui ont ponctué l'année du sixième centenaire, il nous est plus facile de nous interroger sur la justesse de cette représentation. Or l'on est obligé de convenir qu'à 23 ans, Alberti n'était à peu près rien, ou pas grand chose, et le peu qu'il avait écrit ne lui avait pas permis de se distinguer radicalement de ses camarades d'études. Il est donc très hautement invraisemblable (voire, à d'autres égards, totalement impossible) qu'Alberti ait été reconnu par le milieu artistique florentin comme un personnage de premier plan dès 1427.



Le problème essentiel auquel nous avons à faire face, c'est que cette image d'un Alberti qui fournirait des idées aux artistes, aux humanistes, aux princes de son époque persiste sur toute la durée de sa vie. Depuis plusieurs décennies, chaque fois qu'une nouveauté promise à un bel avenir est identifiée par la recherche, elle est attribuée au grand pourvoyeur d'idées Alberti. D'une certaine manière, ne sachant pas comment expliquer le surgissement de tant de nouveautés, l'on a tôt fait de les attribuer à une source unique, une sorte d'incarnation parfaite de la Renaissance, un héros permettant à lui seul de tout expliquer.

Or, cette image, partiellement fabriquée par Alberti lui-même dans son autobiographie, perfectionnée à l'époque néo-classique et romantique en extrapolant à partir de quelques informations éparses, est définitivement popularisée, à très grande échelle, par Jacob Burckhardt dans sa *Civilisation de la Renaissance en Italie*. A partir de ce moment, Alberti devient l'homme universel, l'homme de la Renaissance; il est l'incarnation parfaite des vertus de son temps. Dès lors, quoi de plus naturel que de voir l'homme idéal inventer la ville idéale?

Il importe de comprendre que, par delà les données dont on dispose pour défendre des attributions, le fait de poser la marque d'Alberti sur les travaux romains de Nicolas V (en grande partie non réalisés), sur le réaménagement de Pienza ou sur la «cité idéale» urbinate naît d'abord de cela: Alberti semble être la clé universelle pour ouvrir toutes les portes - une clé sans doute trop commode.

En effet, une lecture attentive des oeuvres écrites, qui contiennent de très nombreux indications biographiques, la découverte de nouveaux documents, l'application de nouvelles méthodologies (à commencer par la relecture de toute la tradition critique), nous permettent de dire que la vie d'Alberti a été avant tout un long et difficile combat, celui d'un enfant illégitime né alors que sa famille était en exil, qui se retrouvera vite orphelin, rejeté par une partie de sa famille, par sa patrie, Florence, par son milieu intellectuel, les humanistes, probablement aussi par les artistes florentins de son temps, et qui devra se battre pour se faire reconnaître - chose qui n'interviendra que vers la fin de sa vie, à partir des années 1460.

Qu'on ne se méprenne pas: Alberti avait des capacités immenses, hors norme, et

la partie de son oeuvre qui est arrivée avec certitude jusqu'à nous suffit amplement à le démontrer. Mais cela ne l'empêchait pas d'avoir des ennemis, y compris au sein de sa propre famille. On serait même tenté de dire qu'il avait des ennemis à la hauteur de ses capacités, qui étaient grandes. C'est d'ailleurs probablement parce que, dans un premier temps, il est méprisé par une partie de ses contemporains qu'il se donne les moyens de hausser encore davantage son niveau à des hauteurs jamais atteintes.

On a ainsi longtemps présenté Alberti comme un ami de Brunelleschi. Le seul et unique élément dont nous disposons pour le dire est la lettre de dédicace du *De pictura*. Or, des études philologiques (conduites principalement par Lucia Bertolini) ont prouvé qu'il n'existe qu'un manuscrit de ce texte et qu'il se trouve dans un codex de travail possédé par Alberti lui-même. Si Leon Battista a adressé cette lettre à son illustre aîné, il est presque certain que ce dernier n'en a rien fait, probablement parce qu'il n'avait pas apprécié le cadeau (il est vrai que le jeune homme disait être le premier à avoir formulé ce que le vieil architecte avait en réalité découvert deux décennies plus tôt, c'est-à-dire la perspective). Souvenons-nous que, dans le *De re aedificatoria*, dont la rédaction commence dans les années 1440, l'oeuvre du premier architecte de la Renaissance n'est même pas évoquée allusivement: elle n'existe tout simplement pas. Si Alberti avait été l'ami de Brunelleschi, en aurait-il été de même? On ne peut alors exclure qu'Alberti ait consacré toutes ses forces à l'architecture précisément pour répondre au mépris de Brunelleschi.

Dans ses oeuvres écrites des années 1430 et 1440 (on pense en particulier aux *Intercoenales*), Alberti ne cesse de faire allusion à ses obtrectatores, ses détracteurs, ceux qui dénigrent son travail, qui le critiquent et contre lesquels il doit se défendre, avant tout moralement. Il existait certes, dans son entourage, des gens qui aident le jeune homme aux talents si prometteurs (on pense à son lointain cousin Francesco d'Altobianco degli Alberti ou au prélat Alberto degli Alberti, et, au fond, Alberti insiste assez peu sur eux), mais imaginer qu'il était universellement bien reçu est devenu tout simplement indéfendable. La reconnaissance qu'il finira par obtenir est une véritable conquête, pas un cadeau qui lui est servi sur un plateau dès sa jeunesse. Et cette reconnaissance ne viendra que tardivement, dans les dix dernières années de sa vie (1462-1472).

3 LA PART D'ALBERTI DANS LES CITÉS IDÉALES.

Dès lors que l'avancée des recherches albertiennes nous prive de l'expédient commode de l'Homme universel, reconnu par tous comme une autorité, capable de synthétiser et de diffuser toutes les nouveautés de son époque, l'on est obligé de revenir aux quelques pièces à conviction dont on est censé disposer.

Si l'on commence par les travaux romains de l'époque de Nicolas V (des travaux pour l'essentiel projetés et n'ayant donné lieu qu'à de rares réalisations), l'on n'a sous la main que le témoignage, extrêmement pauvre et discutable, de Vasari. L'on y ajoute le fait que le futur pape Parentucelli aurait été à Bologne à l'époque où Leon Battista y suivait des études de droit. Partir de cela pour prendre ensuite le témoignage posthume de Manetti sur les ambitieux projets urbanistiques du pape (dans le *De vita ac gestis Nicolai quinti summi pontificis*) et faire d'Alberti le concepteur de ce programme, totalement disproportionné si l'on songe aux moyens dont disposait le pape, n'a tout simplement aucun sens (surtout si l'unique argument dont on puisse faire état est le suivant: seul Alberti, à son époque, pouvait concevoir un tel programme). C'est pourtant ce qu'a fait Carroll W. Westfall dans son célèbre *In this most perfect paradise* de 1974, dont les idées ont été ensuite reprises par Franco Borsi dans sa monographie d'Alberti. Quelque temps plus tard, l'idée a été fermement combattue, voire anéantie avec une grande autorité par Manfredo Tafuri (en particulier dans *Ricerca del Rinascimento. Principi, Citta, Architetti*, Torino, Einaudi, 1992).

Depuis lors, toute la recherche semble confirmer l'analyse de Tafuri: autant sur le mode sérieux (dans le *De re aedificatoria*) que sur le mode comique (dans le *Momus*, écrit au même moment, c'est-à-dire pendant le pontificat de Nicolas V), Alberti ne cesse de fustiger la «smania di costruire», la libido aedificandi; il critique le mauvais architecte qui doit tout détruire avant de songer à construire, et ce sans même savoir s'il aura les moyens intellectuels et financiers pour mener ses projets à terme. Ici, clairement, le théoricien de l'architecture vise Bernardo Rossellino, qui a commencé par démolir tout ce qui se trouvait aux environs du chevet de la vieille basilique Saint-Pierre (y compris des édifices antiques) avant d'entamer la construction de fondations

gigantesques et disproportionnées. On sait comment se termine l'histoire: après la prise de Constantinople par les Turcs, le pape tombe en dépression et tous les travaux sont stoppés. A la suite de cela, Alberti n'aura de cesse de critiquer les programmes urbanistiques et architecturaux mégalomaniacs: on ne doit entreprendre que ce que l'on est capable de terminer et l'on doit mesurer ses ambitions à l'aune de ses forces financières et techniques; et plus que tout, l'on doit respecter les édifices qui existent. De toute évidence, le grand chantier abandonné de Nicolas V était aux antipodes de cet état d'esprit.

Il est possible qu'Alberti ait distribué quelques conseils, mais pour donner un exemple Vasari dit en 1568 que les travaux romains de Rossellino se font sous la direction d'Alberti alors que Mattia Palmieri, qui connaît personnellement l'humaniste, indique un siècle plus tôt que Leon Battista est consulté sur la construction de la nouvelle abside du vieux Saint-Pierre et qu'il recommande de stopper les travaux. C'est ce même Palmieri qui affirme qu'Alberti, en 1452, «présente au pape» son traité d'architecture. Or, dans le *Momus*, Alberti raconte que le héros de son récit offre à Jupiter un volume contenant de nombreux conseils qui pourraient lui être utiles; Jupiter n'ouvre même pas le volume; plus tard, après avoir connu bien des mésaventures, y compris architecturale (son arc de triomphe en or s'est effondré), le dieu des dieux ouvre le livre et comprend qu'il se serait épargné de nombreux malheurs s'il avait lu l'ouvrage plus tôt. Pourquoi parler de cela? Parce qu'on a suggéré, peut-être avec raison, qu'Alberti faisait allusion au *De re aedificatoria*, qu'il avait présenté au pape et que ce dernier n'avait même pas pris la peine de parcourir; s'il l'avait fait, son pontificat ne se serait peut-être pas terminé si misérablement.

Sur le problème de Pienza, les questionnements sont comparables même si l'on a cette fois affaire au successeur de Nicolas V, Pie II (autre pape humaniste). Une fois encore, Alberti est censé travailler main dans la main avec Rossellino pour construire une copie du Palazzo Rucellai et restructurer l'ensemble du bourg de Corsignano, rebaptisé Pienza en l'honneur de son célèbre enfant. De quels preuves dispose-t-on? Aucune. Quels arguments avance-t-on? Il est certain que le Palazzo Piccolomini est construit par Rossellino (des documents le prouvent) et sa ressemblance avec le Palazzo Rucellai est incontestable.

Or, on détient une lettre dans laquelle le marquis de Mantoue Ludovico Gonzaga écrit à Alberti pour lui dire que le pape souhaite lire le *De architectura* de Vitruve; il lui demande donc de lui prêter son exemplaire du traité antique. Quel étrange circuit! Alberti est un fonctionnaire du pape et l'on sait qu'il suit l'administration papale pendant son déplacement vers Mantoue (on a découvert des documents signés de sa main); pourquoi alors le pape prie-t-il le marquis de demander son codex à Alberti? On ne le sait pas. On sait en revanche qu'Alberti avait travaillé pour Sigismondo Malatesta en construisant la façade du Tempio malatestiano, or le tyran de Rimini était un ennemi personnel de Pie II; le pape gardait-il une certaine distance envers l'humaniste à cause de cela? On a aussi observé que le Palazzo Piccolomini était une interprétation du Palazzo Rucellai faite en ne comprenant pas le fonctionnement du palais original. Peut-être Rossellino ne disposait-il que d'un dessin dont il n'était pas vraiment en mesure de comprendre la subtile logique. Quoi qu'il en soit, une implication directe d'Alberti dans les travaux de Pienza paraît assez improbable. Pie II cite d'ailleurs dans ses oeuvres le nom de son fonctionnaire, mais il en parle comme d'un fin connaisseur des antiquités, pas comme d'un architecte.

Le troisième cas qu'il convient d'évoquer rapidement est, comme nous l'avons dit, celui du panneau dit de la «Cité idéale», aujourd'hui dans les collections publiques d'Urbino (Galleria Nazionale delle Marche). On ne sait rien sur ce tableau et sur son origine. Un examen par diverses techniques a permis de lire, sous la superficie, un très long et très méticuleux travail préparatoire, quasiment toutes les lignes des édifices étant tracées (ce qui serait une manière de procéder extrêmement rare), mais cela ne nous dit rien sur l'auteur de l'oeuvre. Quels arguments utilise-t-on pour en faire un tableau «albertien» dans sa réalisation ou au moins dans son inspiration? L'on fait remarquer que le deuxième palais à gauche ressemble au Palazzo Rucellai et l'église du fond, à la droite de la rotonde, ressemble à Santa Maria Novella, mais comme toute «ressemblance», celles-ci sont discutables. On fait remarquer aussi que Vasari dit qu'Alberti avait dessiné une belle vue de Venise («una Vinegia in prospettiva»), avec des personnages peints par d'autres que lui; la vue de la cité idéale attendait-elle des figures? On insiste enfin sur les liens entre Alberti et Urbino, et spécialement avec

Federico da Montefeltro. Longtemps, on s'en est tenu, sur ce point, au témoignage de Landino, qui, dans les Disputationes camaldulenses, disait qu'Alberti avait l'habitude de passer l'été à Urbino, mais la fidélité du dialogue de Landino à la pensée albertienne a été tellement remise en cause que ce témoignage ne semblait plus avoir la moindre valeur. On connaît néanmoins depuis longtemps une lettre tardive du duc qui parle de sa vieille amitié avec Alberti et l'on a découvert depuis peu un document qui prouve qu'Alberti fréquentait Urbino. On admettra toutefois que cela ne démontre rien quant à la paternité de la «Cité idéale», qu'on attribue parfois à Laurana, parfois à Piero della Francesca, parfois à d'autres. En somme, ville, perspective, Quattrocento, ce sont des arguments bien simples, voire un peu faciles, qui conduisent vers le nom d'Alberti.

4 LA VILLE DE PAPIER.

Reste donc la question de ce que dit Alberti dans son traité d'architecture sur le problème de la ville. Pour commencer, la ville qu'il décrit est-elle «idéale»? C'est ce qu'il semble dire lorsqu'il évoque “La République” de Platon:

“Aussi aimerais-je imiter la réponse que fit Platon à ceux qui lui demandaient où ils pourraient bien trouver la fameuse cité qu'il avait dépeinte : « Ce n'est pas là mon propos, dit-il, mais je cherche de quelle façon il convient d'établir la meilleure cité à venir ; quant à toi, pense bien qu'il te faudra préférer à toutes les autres celle qui lui sera le moins dissemblable ». De même, nous aussi décrivons, comme si nous en présentions un modèle, la ville que les hommes les plus savants, se pliant pour tout le reste au temps et à la nécessité des choses, jugeront commode jusque dans le moindre détail. Nous soutiendrons le jugement de Socrate, pour qui le meilleur est ce qui ne peut être changé qu'en pire.” (IV,2 p. 191 = Krüger 286-287)

Qu'Alberti parte d'une idée est certain, et il pourrait difficilement en être autrement dès lors que l'on parle de «villes de papier». On comprend néanmoins assez vite qu'il n'impose pas sa conception des choses à la réalité dont il veut parler (dès cette phrase, il est d'ailleurs question de se plier «au temps et à la nécessité des choses»).

Pour prendre tout de suite un exemple, lorsque Alberti se propose de faire une typologie des bâtiments, il indique qu'il existe différentes catégories d'édifices parce que les hommes sont différents entre eux; après avoir cité les opinions des Anciens sur cette question (c'est-à-dire divers exemples de divisions en classes de la société), il propose son propre critère de distinction: «Or rien ne différencie mieux un homme d'un autre que cela seul qui le sépare radicalement des bêtes, c'est-à-dire la raison et la connaissance des arts libéraux» (IV,1 p. 187 = Krüger p. 282). Il s'agit là d'une opinion commune parmi les hommes de savoir, et qui revient à dire que seuls eux méritent de détenir le pouvoir, et ce dans l'intérêt général (on est là encore en plein contexte platonicien). Néanmoins, le but d'Alberti n'étant pas de décrire un monde idéal où seuls les hommes les plus sages, les plus justes et les plus intelligents détiendraient le pouvoir, il est immédiatement conduit à ajouter au premier groupe celui des hommes les plus riches. Il fonde ainsi la catégorie des «premiers citoyens» qui est capitale pour son analyse et donc son traité car ce sont eux qui vont posséder des édifices particuliers (ni publics, ni privés collectifs) sur le modèle desquels seront ensuite bâtis les édifices des citoyens plus modestes. En effet, de quoi parle-t-on ici? Du palais privé. Et qui est capable de se faire construire un palais privé? En réalité, ce ne sont pas les hommes les plus sages, les plus avisés, les plus instruits; ce sont les hommes les plus riches. Ce n'est donc pas la «raison» qui permet, dans les faits, de distinguer des classes parmi les hommes, c'est l'argent - et à Florence, ce n'est pas le sage Alberti qui se fait construire un palais, c'est le riche Rucellai. Il est essentiel de comprendre qu'Alberti cherche à écrire un traité qui soit capable de remplacer Vitruve et donc qui soit d'emblée classique, c'est-à-dire fondé non sur une époque et un lieu mais sur la raison et la nature (intemporelle) des choses - ce qui le rend virtuellement indémodable. En partant de sa conception de la réalité mais en y intégrant ce qu'est le monde qu'il connaît, avec ses forces et ses nombreuses faiblesses, l'auteur du *De re aedificatoria* abandonne une position platonicienne (qui n'a jamais vraiment été la sienne) et réussit à éviter les écueils aussi bien de l'idéalisme (qui tendrait à oublier ce qu'est le monde) que de la description désenchantée du réel ici et maintenant (qui perdrait vite toute sa pertinence pour devenir un document sur une époque révolue).

Certes, pour faire cela, Alberti part de sa propre situation, celle d'un intellectuel

en quelque sorte «marginal» au sein de sa famille de marchands-banquiers et de sa cité, qu'il ne découvre qu'à l'âge de 27 ans. Voulant être utile à tous, voulant que ses recommandations puissent être mises en pratique, il ne peut se contenter de se référer à sa propre lecture du réel. Il y est d'ailleurs d'autant plus forcé que si l'on cherchait dans ses œuvres qui mérite véritablement de détenir le pouvoir, on aurait vite fait de constater que tous les groupes qui l'entouraient dans sa vraie vie ont été, à un moment ou à un autre, violemment critiqués, surtout dans les *Intercoenales* et dans le *Momus*: les riches, les juges, les politiques, les humanistes, les nobles, les pauvres, sa propre famille, le peuple (cela va de soi), absolument tout le monde est rabaissé et jugé indigne de détenir le pouvoir. D'ailleurs, dans sa dernière grande œuvre, le *De iciarchia*, Alberti aboutit au seul résultat logique: se présenter implicitement comme l'unique personne digne d'exercer l'autorité, au sein de la famille et indirectement au sein de la cité.

Mais son traité d'architecture serait inaudible s'il se construisait autour de cette vision des choses. Il faut donc qu'il se fonde sur une sorte de réalisme intemporel d'essence fondamentalement aristotélicienne: la nature des choses et non une idée parfaite. Or, cela autorise la prise en compte de données très finement analysées. Pour donner un exemple, les villes les plus grandes et les plus importantes auront certes besoin de routes et de rues rectilignes et majestueuses, qui puissent mettre en évidence le rôle de premier plan joué par ces cités, mais pour des ensembles de taille plus modeste, la route puis la rue courbe seront des avantages :

“Ainsi, non seulement elle (i.e. la rue principale) paraîtra plus longue et donnera l'impression que la ville est plus étendue, mais en outre elle contribuera grandement à sa grâce, à la commodité de ses usages, aux circonstances et aux nécessités du moment. Comme il sera précieux pour le promeneur de découvrir insensiblement, à chacun de ses pas, de nouveaux aspects des édifices, de voir la sortie et la façade de chaque habitation alignées sur l'axe central de la voie, et d'apprécier, dans ces conditions, sa vaste étendue, tandis qu'autrement ses dimensions excessives seraient malséantes et rendraient même la ville insalubre !” (IV,5 p. 205 = Krüger p. 302-303)

Plusieurs choses sont néanmoins à noter. Tout d'abord, il est normal qu'un traité

d'architecture, qui se fixe pour but d'aider son lecteur à prendre de bonnes décisions ou à émettre des jugements avisés, s'efforce de dire ce qui est bon et ce qui est mauvais en matière de construction. Or, il ne vient à l'idée de personne de dire qu'Alberti décrit l'«édifice idéal»; pourquoi alors prétendrait-on, lorsqu'il parle de la ville, qu'il décrive la «cité idéale»? Chacun, dans sa vie, visitant d'autres ville que la sienne, a l'occasion de se dire que telle ville présente telles avantages et tels inconvénients; partant de cela, et c'est le second point sur lequel il faut insister, on peut se demander à quoi ressemblerait une ville rassemblant le maximum d'avantages, mais il s'agit alors d'une ville créée à partir de rien, d'une ville nouvelle.

Ici aussi, l'on voit qu'Alberti cherche à s'abstraire de son siècle car au milieu du XVe siècle en Italie, il devait être bien rare que l'on cherche à créer des villes nouvelles. On a cité la restructuration de Rome, qui ne donne pas grand chose, celle de Pienza, de toute petite taille, celle d'Urbino, qui permet objectivement de moderniser un peu la cité autour du palais de Federico, mais on ne part jamais de rien. Curieusement, dans le Livre X, consacré à La réparation des ouvrages, Alberti évoque l'idée de «corriger» la ville, mais il se corrige hélas tout de suite lui-même :

“Cherchons pour notre part quels ouvrages la main peut convenablement améliorer ; et commençons par les ouvrages publics. Le plus important et le plus vaste d'entre eux est la ville ou plutôt, s'il nous plaît de le comprendre ainsi, la région de la ville. La région où l'architecte négligent aura fondé sa ville, souffrira sans doute de défauts qu'il faudra corriger.” (X,1 p. 469 = Krüger p. 625)

Et l'on parle ensuite d'assèchements de marais et non de réaménagements ou de restructurations de villes. L'on est donc face à une sorte de paradoxe: les hommes sont, particulièrement dans l'Italie du XVe siècle, les citoyens d'une ville et c'est dans cette ville qu'ils se feront construire éventuellement un palais - souvent, d'ailleurs, en devant acheter des constructions déjà existantes et non en partant d'un terrain vide. Or on ne va pas parler de réaménagement de la ville pour en corriger d'éventuels défauts (la Renaissance hérite fatalement de la cité médiévale), on va penser la fondation d'une ville à partir de rien. Autant dire que le propos n'est pas nécessairement pertinent au

moment où Alberti rédige son traité (il le sera plus tard lorsque l'on recommencera à fonder des villes, en particulier dans le Nouveau Monde).

Construire une ville, ce n'est pas comme construire un palais. On a plutôt le sentiment qu'Alberti parle aussi de la ville, d'une part, parce qu'il s'agit, au moins depuis Aristote et sa Politique, d'une sorte de «passage obligé» pour un théoricien, et, d'autre part, parce que, s'il devait parler de la restructuration d'une ville existante, il ne pourrait parler que de cas particuliers, sans pouvoir atteindre une forme d'intemporalité, de généralité abstraite. En matière de restructuration, il n'existe que des cas spécifiques, même si l'on a déjà vu qu'Alberti cherche en général à éviter les destructions (l'ancienneté même des édifices leur conférant une dignité supérieure). Même en ce qui concerne une ville construite à partir de rien, Alberti ne donne que peu d'indications génériques. La ville aux murailles formant un rond parfait est certes celle qui possède le meilleur rapport entre taille de l'espace occupé et longueur des murs, mais il s'agit d'une simple remarque de géométrie; plus loin, Alberti précise:

“Aussi n'existe-t-il pas pour enceindre les villes une seule et même règle valable en tous lieux. (...) Nous avons déjà dit que la ville dotée de la plus grande capacité sera circulaire. (...) Nous viserons cependant à profiter des opportunités que nous offre la place elle-même, comme nous le remarquons chez les Anciens qui tiraient parti des avantages et des contraintes des lieux.” (IV,3 p. 197, 199, 200 = Krüger p. 292-297)

S'adapter, toujours s'adapter; ne jamais arriver avec des solutions préétablies; face à un problème à résoudre, se poser les bonnes questions. Pour le reste, la ville doit se situer au milieu de son territoire; elle doit pouvoir bénéficier de tout ce dont elle a besoin (c'est le vieux rêve autarcique et conservateur d'origine pythagoricienne):

“il convient d'établir la cité de façon que, dans la mesure où la raison et la condition des choses humaines le permettent, son propre territoire lui suffise sans qu'elle ait besoin de rien chercher ailleurs. (...) Par conséquent, voici ma règle : quelle que soit la région où tu l'implantes, tu dois faire en sorte que la ville profite de tous ces avantages sans en subir aucun inconvénient.” (IV,2, p. 191-192 = Krüger p. 286)

On note que ce type d'observation est dans la nature de ce type de traité. Dire que la ville qu'on va créer doit avoir le plus d'avantages et le moins d'inconvénients possibles n'est pas d'une grande originalité, ou plutôt c'est justement pour atteindre ce but que le texte est écrit. C'est la nature même d'un traité qui l'implique.

En revanche, il est peut-être un aspect du traité qui peut donner l'impression que la ville qu'Alberti décrit possède des qualités qui ne sont pas nécessairement communes. Comme on le sait à partir de ce qu'Alberti dit lui-même du plan de son ouvrage mais aussi des analyses proposées par Françoise Choay dans *La Règle et le Modèle*, le traité étudie les mêmes questions sous l'angle de la nécessité, puis de l'utilité et enfin du plaisir. Or, cette troisième dimension n'était pas toujours présente chez d'autres penseurs de la ville. Alberti en vient ainsi à préciser que:

“la ville doit être conçue non seulement pour servir les besoins et les nécessités des habitations, mais aussi pour offrir, à l'écart des affaires publiques, des espaces et des bâtiments agréables qui contribuent à l'ornement et aux délices, des places, des champs de courses, des jardins, des promenades, des piscines, etc.” (IV,3 p. 197 = Krüger p. 293 - toutes choses que l'on retrouve analysées dans le Livre VIII).

C'est sans doute sur ce point que l'on s'approche le plus de ce que pourrait être la «ville de la Renaissance»: une ville possédant en son sein des espaces de plaisir. Alberti insiste d'ailleurs au Livre VIII sur l'absence de salles de spectacle et spécialement de théâtres dans les villes de son époque (ce qui montre bien que sa référence constante au modèle antique ne l'empêche en rien de proposer des considérations valables pour l'avenir, comme le montrera la suite de l'histoire de la ville européenne). La place accordée par le traité albertien au paysage va dans le même sens; plus d'une fois, l'auteur insiste sur le plaisir que procure au marcheur la beauté des campagnes environnantes.

Si ces idées permettent de mesurer le degré de clairvoyance d'Alberti, qui trace des perspectives qui entreront progressivement dans la manière normale de penser la ville, certains passages du début du Livre V frappent par leur réalisme, voire leur *spregiudicatezza*, leur absence de scrupules. On connaît les pages sur la distinction entre

ville du roi, accepté par tous, et ville du «tyran», qui impose son pouvoir à une population peu encline à se soumettre et doit donc se prémunir contre ses propres concitoyens en installant une citadelle au cœur même de la cité. Certes, on a pu judicieusement rapprocher ces pages de celles du Prince (De principatibus) de Machiavel, et y voir la préfiguration d'une «autonomisation» du domaine politique, qui ne dépendrait plus de la morale, mais elle n'en reste pas moins une étrangeté à l'intérieur de l'œuvre albertienne. S'agit-il d'une manière de permettre à tout un chacun de pouvoir lire dans le plan d'une ville si l'on est face à la ville d'un roi ou face à la ville d'un tyran? Comme on l'a déjà dit, Alberti avait travaillé pour Sigismondo Malatesta, le tyran de Rimini, mais est-il en général possible d'adresser des conseils à un tyran en lui disant explicitement qu'il est un «tyran»? Dès lors que l'on voit le texte comme une anomalie, il est bien sûr possible d'imaginer des solutions: dans une première version du texte, le mot «tyran» n'apparaît pas et ce n'est que plus tard qu'Alberti introduit le mot afin qu'on ne se méprenne pas sur le sens de ce qu'il dit, etc. Au fond, en l'absence de pièces à conviction, ce passage garde tout son mystère. Il est cependant un autre passage, toujours au début du Livre V, qui a pu frapper lui aussi par son réalisme amoral:

“On divise très commodément la ville au moyen d'un mur intérieur que je juge bon d'élever non en travers de l'aire comme un diamètre, mais à la manière d'un cercle contenu dans un autre cercle : en effet, les plus riches, qui aiment avoir de vastes espaces, accepteront facilement d'être exclus de la première enceinte, et abandonneront volontiers le marché et le centre de la ville, avec ses boutiques et ses ateliers, aux besogneux qui gravitent autour du forum. Dans ces conditions, la tourbe infâme des rôtisseurs, des bouchers, des cuisiniers, etc. dont parle le Gnathon de Térence y menacera moins la sécurité et engendrera moins de suspicion que si les principaux citoyens ne s'en trouvaient exclus.” (V,1 p. 223 = Krüger p. 319)

Construire purement et simplement un mur à l'intérieur de la ville pour séparer le peuple des «principaux citoyens» paraît peut-être d'un cynisme outrancier, mais on notera que cette proposition reste strictement dans le cadre de la «cité du tyran»: le tyran

doit séparer les citoyens les uns des autres afin de contrôler plus facilement sa ville; sa muraille intérieure sera plus aisément acceptée par les citoyens les plus riches si ces derniers sont placés à l'extérieur de l'enceinte centrale - voilà tout. Penser qu'Alberti prescrivait d'isoler à ce point les groupes sociaux, voire de confiner le peuple (nécessairement dangereux) derrière des murailles serait un contresens. En revanche, il est clairement question de quartiers possédant des fonctions différentes, même si l'on notera que sur ce point aussi, la pensée albertienne sait faire preuve de souplesse, car s'il est question de zones diversifiées, on admet aussi, en fin de raisonnement, qu'une certaine interpénétration est utile:

“La présence de divers ateliers d'artisans aux endroits appropriés des différentes rues et des différents quartiers contribuera grandement à l'agrément de la ville : au forum, les changeurs, les peintres et les orfèvres ; juste derrière, les boutiques d'épices, les échoppes de tailleurs et enfin tous les métiers jugés honnêtes ; mais la puanteur et l'infection des métiers infâmes, en particulier l'ordure des tanneries, seront reléguées aux confins de la ville (...). Les uns aimeraient sans doute que les nobles jouissent d'un voisinage débarrassé et exempt de toute la crasse du menu peuple. Les autres préféreraient que tous les quartiers de la ville sans exception soient équipés de façon à offrir partout ce que réclame l'usage, et c'est pourquoi ils ne refuseraient pas de voir des boutiques de rapport associées aux demeures des grands. Mais c'en est assez sur ce point. A l'évidence l'utilité veut une chose, la dignité une autre.” (VII,1 p. 321 = Krüger p. 432)

En réalité - et c'est le point auquel il faut aboutir -, la pensée albertienne de la ville est caractérisée par l'interrogation. Ce qu'il faut faire, c'est se poser des questions. Dans de très nombreux cas, Alberti donne des réponses floues qui n'aident véritablement à régler des questions qu'en alimentant la réflexion lorsque l'on est confronté à des cas concrets. Cette solution est-elle conforme à la dignité? Puis-je faire mieux en ce qui concerne le nécessaire, l'utile, l'agréable? Etc. Il propose ainsi un programme théorique assez souple pour s'adapter à la réalité et infléchir progressivement les manières de faire. Le

Sobre a cidade ideal de Leon Battista Alberti aos olhos de um humanista chamado Michel Paoli

simple fait de s'interroger sur la question de l'«ornement» des villes lui permet d'énoncer un résultat qui s'apparente en fait à un programme:

“Mais le principal ornement des villes résidera dans le site, le tracé, la configuration et la position des rues, du forum et de chacun des édifices, tels que tous soient correctement aménagés et distribués selon l'usage, la dignité et la commodité de chacun. En effet, sans ordre, plus rien n'apparaîtra commode, agréable ou digne.” (VII,1 p. 320 = Krüger p. 430)

Rien de ce qui est dit n'est concret, mais le mot essentiel est dit: l'ordre. La ville selon les vœux d'Alberti n'est pas faite nécessairement d'avenues rectilignes et de maisons dans le style moderne ; en revanche, il obéit à un ordre, c'est-à-dire à une réflexion. On a vu que les positions politiques d'Alberti sont fondamentalement conservatrice, mais l'ordre n'empêche pas le progrès si ce progrès est ordonné, c'est-à-dire conforme à la nature et à la raison.

A CIDADE (IDEAL ?) DE ALBERTI – POR MICHEL PAOLI

Tradução de Fellipe de Andrade Abreu e Lima



2 HOMEM IDEAL PROPÕE A CIDADE IDEAL, BOA RELAÇÃO QUALIDADE-PREÇO

Porquê a ideia de “cidade ideal” é frequentemente associada ao nome de Alberti, e esta é por ele justificada? Quando pensamos em uma cidade ideal do Renascimento pensamos em projetos, eventualmente em realizações; as imagens nos surgem. No entanto, não é raro encontrar o nome de Alberti envolvido nesses projetos ou imagens que encontramos ou numa forma de realização.

Quanto ao século XV, ao menos três ideias vêm imediatamente à mente: os ambiciosos projetos de reestruturação da cidade de Roma sob o pontificado de Nicolau V; o desenvolvimento “urbano” da aldeia natal do Papa Pio II, Pienza; os três painéis das chamadas “cidades ideais” de Urbino, Berlim e Baltimore (e especialmente o primeiro dos três primeiros).



Em todos estes casos, mesmo se houver apenas uma documentação muito limitada ou inexistente, o nome de Alberti parece emergir com evidência, pois é comum ver o seu nome mencionado como se fosse um tipo oculto de empresário que nutriria toda a Itália com suas idéias.

Não seria difícil mostrar que isso também é válido para toda a sua vida e suas mais conhecidas intervenções. Quando propomos, por exemplo, reconhecer Alberti em um afresco pintado por Masaccio em 1427, no meio de artistas de renome como Brunelleschi, Donatello e o próprio Masaccio, nós fazemos dele um prodígio de 23 anos que faria sucumbir todo o mundo intelectual sob o seu charme. Os conhecimentos sobre a vida de Alberti, seu meio familiar, profissional e de amigos, evoluíram muito nos últimos anos, especialmente por ocasião dos quinze colóquios que marcaram o ano do

sexto centenário, sendo mais fácil agora nos perguntarmos sobre a precisão desta representação.

Parece que nós somos forçados a admitir que, com 23 anos, Alberti era quase nada, ou não muita coisa, e o pouco que ele tinha escrito não apresentava condição nem autorização para distingui-lo radicalmente de seus companheiros de estudos. É muito pouco provável (e, em outros aspectos, totalmente impossível) que Alberti fosse reconhecido pelo ambiente da arte florentina como uma figura de liderança em 1427.

O principal problema que enfrentamos é que esta imagem de um Alberti, que forneceria ideias para artistas, humanistas e os príncipes de seu tempo, persiste durante toda a sua vida. Há décadas, sempre que uma novidade promissora é identificada pela pesquisa, esta é atribuída a algo maior que está ligado às ideias de Alberti. De alguma forma, quando não se sabia explicar o surgimento de algo novo, rapidamente se atribuía à uma única fonte, uma espécie de encarnação perfeita da Renascença, um herói para que pudesse sozinho explicar tudo.

Mas esta imagem, em parte fabricada por Alberti-se em sua autobiografia, aperfeiçoada durante as épocas do neoclássico e romantismo por algumas informações dispersas, foi definitivamente popularizada em larga escala por Jacob Burckhardt em sua ‘civilização do Renascimento na Itália’. A partir desse momento, Alberti se torna o homem universal, o homem do Renascimento; ele é a encarnação perfeita das virtudes de seu tempo. Portanto, o que poderia ser mais natural do que ver o *homem ideal* inventar a *cidade ideal*? É importante compreender que, além dos dados disponíveis para defender estas atribuições, o fato de atribuir a Alberti a marca dos trabalhos sobre a Roma de Nicolau V (em grande parte não realizada), da reurbanização de Pienza ou do ‘cidade ideal’ urbineta nasce por um motivo: Alberti parece ser a chave universal para abrir todas as portas - uma chave, sem dúvida, muito cômoda.

De fato, uma leitura cuidadosa das obras escritas, que contêm muitas indicações biográficas, a descoberta de novos documentos, a aplicação de novas metodologias (começando pela releitura de toda a tradição crítica), permite-nos dizer que a vida Alberti foi principalmente uma luta longa e difícil, sendo um filho ilegítimo que nasceu enquanto sua família estava no exílio, e que rapidamente se encontrava órfão e foi

rejeitado por uma parte de sua família na sua terra natal, Florença, e também, por seu meio intelectual, dos humanistas, e, provavelmente, por artistas florentinos de seu tempo, tendo que lutar por reconhecimento – algo que viria ocorrer no final de sua vida, a partir de década de 1460.

Que não haja dúvidas: Alberti tinha capacidades enormes, fora do normal, e a parte de sua obra que chegou até nós com certeza é mais do que suficiente para provar isso. Mas isso não o impediu de ter inimigos, inclusive dentro de sua própria família. Poderíamos mesmo dizer que ele tinha inimigos tão capazes quanto ele, mesmo no auge de suas habilidades, que eram grandes. Isso é provavelmente porque, em primeiro lugar, era desprezado por alguns de seus contemporâneos que consideravam que ele poderia aumentar suas capacidades chegando a níveis nunca alcançados.

Há muito tempo que conhecemos Alberti como um amigo de Brunelleschi. O único elemento que temos para afirmar isso é a dedicatória do *De pictura*. No entanto, estudos filológicos (conduzidos principalmente por Lucia Bertolini) mostraram que existe apenas um manuscrito deste texto e que este se encontra num códice de trabalho de propriedade do próprio Alberti. Se Leon Battista enviou esta carta ao seu ilustre amigo ancião é quase certo que este não respondeu e não fez nada, provavelmente porque ele não apreciou o presente (é verdade que o jovem havia dito ser o primeiro a ter realizado aquilo que o arquiteto ancião havia descoberto duas décadas antes, isto é, a perspectiva). Lembremo-nos que no *De re aedificatoria*, que a elaboração começa na década de 1440, o trabalho do primeiro arquiteto renascentista não é sequer mencionado alusivamente: ela simplesmente não existe. Se Alberti fosse mesmo um amigo de Brunelleschi, teria feito isso mesmo? Não se pode ignorar que Alberti dedicou todas as suas energias para a arquitetura especificamente para responder ao desafio de Brunelleschi.

Em suas obras escritas desde os anos de 1430 e 1440 (pensamos especialmente no *Intercoenales*) Alberti não para de fazer alusão a seus *obtrectatores*, seus detratores, aqueles que denegriram seu trabalho, seus críticos, e contra os quais ele deveria se defender, em primeiro lugar moralmente. Houve certamente ao seu redor, as pessoas que ajudaram o jovem de talento tão promissor (imaginamos o seu primo distante Francesco d'Altobianco degli Alberti ou prelado Alberto degli Alberti, e, de fato,

Alberti fala pouco sobre eles), mas imaginar que ele fosse universalmente bem recebido simplesmente se tornou insustentável. O reconhecimento que ele acabará por obter é uma conquista verdadeira, não foi um dom do qual ele se serviu como se fosse uma bandeja em sua mesa desde sua juventude. E este reconhecimento só viria mais tarde, nos últimos dez anos de sua vida (1462-1472).

3 A PARTICIPAÇÃO DE ALBERTI NAS CIDADES IDEAIS.

Quando o avanço das pesquisas e estudos albertianos nos privou do cômodo expediente do homem universal, reconhecido por todos como uma autoridade, capaz de sintetizar e divulgar todas as novidades da sua época, obrigando-nos a rever algumas evidências da quais se imaginava ter.

Se começarmos pelos trabalhos romanos da época de Nicolau V (principalmente os trabalhos de projetos essenciais que culminaram em raras realizações), nós teremos à mão o extremamente pobre e questionável depoimento de Vasari. A ele nós acrescentamos o fato de que o futuro Papa Parentucelli estava em Bolonha, no momento em que Leon Battista foi para lá cursar direito. A partir de então, para tomar o póstumo testemunho de Manetti sobre os ambiciosos projetos urbanos do Papa (no *De vita ac gestis Nicolai quinti summi pontificis*) Alberti se torna o ideólogo deste programa, totalmente desproporcional se considerarmos o meios disponíveis ao Papa, algo simplesmente que não faz sentido (especialmente se o único argumento que pode ser relatado é que: só Alberti, no seu tempo, poderia projetar um programa desse tipo). É, portanto, isso que fez Carroll W. Westfall em seu célebre *'In this most perfect paradise'* de 1974, cujas idéias foram repetidas por Franco Borsi Alberti em sua monografia sobre Alberti. Algum tempo depois, esta ideia foi fortemente combatida, com argumentos de oposição de grande autoridade feitos por Manfredo Tafuri (especialmente no seu *Ricerca del Rinascimento. Principi, Città, Architetti*. Torino: Einaudi, 1992).

Desde então, toda a pesquisa parece confirmar a análise de Tafuri: seja de modo sério (no *De re aedificatoria*) ou de modo cômico (no *Momus*, escritos ao mesmo tempo, isto é, durante o pontificado de Nicolau V), Alberti não cessa de castigar a *'smania di costruire'*, a *libido aedificandi*; ele critica os arquitetos despreparados que

ajudam a destruir um edifício ao invés de construí-lo, e isso mesmo sem saber se ele teria os meios intelectual e financeiro para conduzir seus projetos à realidade. Aqui, claramente, o teórico de arquitetura visa Bernardo Rossellino, que começou por demolir tudo o que estava perto da cabeceira da antiga basílica de São Pedro, (incluindo os edifícios antigos) antes de iniciar a construção de fundações gigantescas e desproporcionais.

Nós sabemos como esta história termina: após a tomada de Constantinopla pelos turcos, o Papa caiu em depressão e todo o trabalho é interrompido. Depois disso, Alberti nunca mais parou de criticar os programas urbanísticos e arquitetônicos megalomaníacos: temos que admitir quando não somos capazes de completar algo e medir as ambições de acordo com nossas capacidades financeiras e técnicas, e acima de tudo, devemos respeitar os edifícios existentes. Obviamente, o grande canteiro abandonado por Nicolau V era a antítese dessa mentalidade.

É possível que Alberti tenha dado alguns conselhos, mas para dar um exemplo, Vasari diz em 1568 que os trabalhos romanos de Rossellino estavam sob a direção de Alberti, enquanto que Mattia Palmieri, que conhecia pessoalmente o humanista indica um século antes que Leon Battista foi consultado sobre a construção do novo abside da antiga São Pedro e recomenda a paralisação dos trabalhos. Este é o mesmo Palmieri que afirmou que Alberti, em 1452, ‘presenteou o Papa’ com seu tratado de arquitetura. No entanto, no *Momus*, Alberti diz que os heróis de sua história dão a Júpiter um volume contendo nobres conselhos que podem ser úteis; Júpiter nem sequer abriu o volume, e mais tarde, depois de experimentar muitas desventuras, incluindo na arquitetura (seu arco triunfal desabou), o deus dos deuses abre o livro e entende que seria poupado de muitos problemas se ele tivesse lido o livro antes. Por quê falar sobre isso? Porque temos sugerido, talvez com razão, que Alberti estava se referindo ao *De re aedificatoria*, que ele tinha apresentado ao Papa e que este último não tinha sequer se preocupado em entendê-lo; se o tivesse feito, seu pontificado talvez não tivesse acabado tão miseravelmente.

Sobre o problema de Pienza, os questionamentos são comparáveis mesmo se falarmos do sucessor de Nicolau V, Pio II (outro Papa humanista). Uma vez mais Alberti trabalha, supostamente, ao lado de Rossellino para construir uma cópia do

Palazzo Rucellai e reestruturar todo o burgo de Corsignano, rebatizado de Pienza em homenagem ao seu filho famoso. Mas quais provas temos? Nenhuma. Quais argumentos podemos avançar? É certo que o Palazzo Piccolomini foi construído por Rossellino (documentos provam isso) e sua semelhança com o Palazzo Rucellai é inegável.

No entanto, temos uma carta do Marquês de Mântua, Ludovico Gonzaga, escrita para Alberti, dizendo que o Papa deseja ler o *De Architectura* de Vitrúvio; ele pede para lhe emprestar sua cópia pessoal do antigo tratado. Que circuito estranho! Alberti é um funcionário do Papa e sabemos que trabalhava na administração papal para viagem a Mântua (encontramos documentos assinados por sua mão); então por quê o Papa solicita ao Marquês para pedir esse códice a Alberti? Nós não sabemos. Sabemos, no entanto, que Alberti trabalhou para Sigismondo Malatesta na construção da fachada do Tempio Malatestiano, ou o tirano de Rimini era um inimigo pessoal de Pio II; ou o Papa manteve uma certa distância do humanista por causa disso? Observamos ainda que o Palazzo Piccolomini era uma interpretação do Palazzo Rucellai feita sem a compreensão funcional do palácio original. Talvez Rossellino não dispusesse de um desenho ou não estivesse realmente habilitado para entender a lógica sutil. De qualquer forma, um envolvimento direto de Alberti nos trabalhos de Pienza parece bastante improvável. Pio II também cita em suas obras o nome desse seu funcionário, mas ele fala dele como um conhecedor de antiguidades, não como um arquiteto.

O terceiro caso que devemos mencionar rapidamente, como já dissemos, é sobre o painel da ‘Cidade Ideal’, agora parte das coleções públicas de Urbino (Galleria Nazionale delle Marche). Não sabemos nada sobre essa tábua nem sobre sua origem. Examinado as várias técnicas podemos dizer que, sob a superfície, há um trabalho muito longo e meticuloso de preparação, quase todas as linhas dos edifícios foram desenhadas (o que seria uma maneira de fazer extremamente raro), mas isso não nos diz nada sobre o autor do trabalho. Que argumentos poderíamos usar para fazer deste um trabalho ‘albertiano’, ou pelo menos sob sua inspiração? Podemos notar que o segundo palácio à esquerda se assemelha ao Palazzo Rucellai e que a igreja no fundo à direita da rotunda, parece com a de Santa Maria Novella, mas como qualquer ‘semelhança’, são todas

questionáveis. Observamos também que Vasari diz que Alberti havia desenhado uma bela vista de Veneza (*‘una Vinegia in prospettiva’*), com outros personagens além dele; uma vista de uma cidade ideal teria pessoas? Nós insistimos nas relações entre Alberti e Urbino, e especialmente com Federico da Montefeltro.

Apesar de termos nos detido muito tempo neste ponto, o testemunho de Landino, em *Disputationes camaldulenses*, diz que Alberti tinha o hábito de passar o verão em Urbino, mas a fidelidade do diálogo de Landino ao pensamento albertiano foi totalmente contestado e esse depoimento não parece ter qualquer valor. Sabemos, no entanto, depois de muito tempo que numa carta tardia, o Duque fala de sua velha amizade com Alberti, e recentemente descobriu-se um documento que comprova que Alberti frequentava Urbino. Admitamos, porém, que isso nada prova quanto à autoria da ‘Cidade Ideal’, que atribuímos por vezes a Laurana, outras vezes a Piero della Francesca, outras mais a outros autores. Em suma, cidade, perspectiva, *Quattrocento*, esses são argumentos muito simples, até mesmo fáceis, o nos conduz ao nome de Alberti.

4 A CIDADE DE PAPEL

Permanece a questão do que disse Alberti em seu tratado de arquitetura sobre o problema da cidade. Para começar, a cidade que ele descreve é “ideal”? É o que ele parece dizer quando evoca ‘A República’ de Platão:

“Eu também gostaria de imitar a resposta de Platão quando lhe perguntaram sobre onde poderia encontrar a famosa cidade que ele havia retratado: “Não existe, disse ele, mas eu estou procurando determinar a melhor cidade para o devir; quanto a você, pense bem no que você acha que deve ser preferido por todos os outros e que será de opinião mais aproximada por todos”. Da mesma forma, nós descreveremos, como se estivéssemos apresentando um modelo, a cidade que os homens mais instruídos, do modo mais adequado para todas as coisas nos tempos e necessidades das coisas justas, considerem conveniente no mais ínfimo pormenor. Nós apoiaremos o julgamento de Sócrates, para quem o melhor é o que não pode ser mudado senão para pior.” (IV,2 p. 191 = Krüger 286-287)

Que Alberti parte de uma ideia é um fato certo, e dificilmente poderia ser de outra forma quando falamos de “cidades de papel”. Entendemos, no entanto, de modo suficientemente rápido que ele não impõe sua concepção das coisas à realidade que ele fala (desde esta frase, que é também uma questão de se pontuar “ao tempo e à necessidade das coisas” – “*au temps et à la nécessité des choses*”). Para tomarmos um rápido exemplo, logo que Alberti propõe fazer uma tipologia de edifícios, ele indica que existem diferentes categorias destes, porque os homens são diferentes entre eles, mas depois de citar as opiniões dos ‘Antigos’ sobre esta questão (isto é, vários exemplos de divisão de classes na sociedade), ele tem seu próprio critério de distinção: “Não diferenciamos em nada um homem do outro, e a única coisa que separa radicalmente o homem dos animais é o fato de possuir a razão e o conhecimento das artes liberais”. (IV,1 p. 187 = Krüger p. 282)

Ele possuía uma opinião comum entre os homens de saber, o que significa que eles consideravam que só eles mesmos mereciam manter o poder, e isso em prol do interesse geral (pois estamos ainda está em pleno contexto platônico). No entanto, o propósito de Alberti não era o de descrever um mundo ideal, no qual apenas os homens mais sábios, os mais justos e os mais inteligentes se manteriam no poder, ele é imediatamente levado a se juntar ao primeiro grupo dos homens mais ricos. Ele funda assim a categoria de “primeiro cidadão”, que é capital para sua análise e, portanto, seu tratado apresenta estes edifícios particulares (nem públicos nem privados coletivos) sobre o modelo de quais serão construídos para os cidadãos mais modestos. Na verdade, de quem nós falamos aqui? Do palácio privado. E quem é capaz de construir um palácio privado? Na realidade, não são os homens mais sábios, os mais avisados, os mais instruídos; são os homens mais ricos. Não é a ‘razão’ que permite, com os fatos, distinguir as classes entre os homens: é o dinheiro - e em Florença, não é o sábio Alberti que construiu um palácio, é o rico Rucellai.

É essencial compreender que Alberti tenta escrever um tratado que seja capaz de substituir o de Vitruvius e, portanto, que seja clássico, isto é, fundamentado não em um tempo e num lugar, mas na razão e na natureza (atemporal) das coisas – o que o torna praticamente atemporal. A partir de sua concepção de realidade, mas incorporando neste o que ele conhece do mundo, com os seus pontos fortes e fracos, o autor do *De re*

aedificatoria abandona uma posição platônica (que nunca foi realmente a sua própria) e consegue evitar as armadilhas do idealismo (que tende a esquecer o que é mundo) para descrever a realidade desencantada do aqui e agora (que rapidamente perde a sua relevância para tornar-se um documento sobre uma época).

Claro que, para fazer isso, Alberti parte de sua própria situação, a de um intelectual que vive de forma ‘marginal’ em sua própria família, de banqueiros de sua cidade, e que ele descobre com a idade de 27 anos. Querendo ser útil a todos, desejando que as suas recomendações pudessem ser postas em prática, ele não pode se contentar em se referir à sua própria interpretação da realidade. Há outras obras nas quais podemos encontrar afirmações mais forçadas sobre quem merece deter o poder, e nós rapidamente podemos constatar que todos os grupos ao redor dele em sua vida real foram, num momento ou em outro, violentamente criticados, especialmente nos *Intercoenales* e no *Momus*: os ricos, os juízes, os políticos, os humanistas, os nobres, os pobres, sua própria família, as pessoas (é claro) absolutamente todos são julgados e rebaixados como indignos de deter o poder. Além disso, em sua última grande obra, *De iciarchia*, Alberti chega a um resultado lógico: se apresenta implicitamente como a única pessoa digna de exercer a autoridade dentro da família e, indiretamente, na cidade.

Mas seu tratado sobre a arquitetura seria inaudível se ele se construísse como autor dessa visão das coisas. Por isso, é necessário que ele se fundamente num tipo de realismo atemporal de natureza aristotélica: a natureza das coisas, e não uma idéia perfeita destas. No entanto, isto permite a inclusão de dados finalmente analisados. Para dar um exemplo, as cidades maiores e mais importantes possuem certas necessidades de estradas e de ruas retas e majestosas que possam evidenciar o papel primordial desempenhado por essas cidades, mas para conjuntos menores, a estrada e as ruas curvas apresentam vantagens:

“Assim, não só ela (ou seja, a rua principal) será a mais longa e dará a impressão de que a cidade é mais extensa, mas também contribuirá grandemente para a sua graça, a comodidade de seus usuários, às circunstâncias e às necessidades do momento. Como será precioso descobri-la progressivamente, em cada um de seus passos, os aspectos dos

novos edifícios, de ver as saídas e as fachadas de cada uma de suas casas alinhadas com o eixo central da vista, e de apreciar, sob estas condições, a sua imensidão, suas dimensões, enquanto que se a forma fosse outra seria inadequado e excessivo tornando a cidade insalubre!” (IV, 5 p. 205 = Krüger p. 302-303)

Várias coisas são dignas de nota. Em primeiro lugar, é normal que um tratado de arquitetura que pretende ajudar o leitor a tomar boas decisões ou a fazer bons julgamentos, se esforce para dizer o que é bom e o que é ruim em matéria de construção. Então, ninguém tem a ideia de dizer que Alberti descreveu o ‘edifício perfeito’; então por que pretenderíamos, quando ele fala da cidade, afirmar que ele descreve a ‘cidade ideal’? Todo mundo em sua vida, visitando outras cidades que não são as suas, tem a chance de dizer que há em cada uma delas algumas vantagens e outras desvantagens; e a partir deste há um segundo ponto no qual é necessário insistir, que podemos nos perguntar como seria uma cidade com o máximo de benefícios, mas deveria ser uma cidade construída a partir do nada, uma nova cidade.

Aqui também vemos que Alberti tenta se abstrair de seu século, meados do século XV na Itália, e deveria ser muito raro que procurasse criar novas cidades. Citamos a reestruturação de Roma, que não foi tão grande coisa, a de Pienza, de apenas pequena parte dela, a de Urbino, que permitiu objetivamente modernizar um pouco a cidade, mas apenas em torno do palácio de Federico, mas que não nos deu nada. Curiosamente, no Livro X, dedicados à ‘*A Restauração das Obras*’, Alberti evoca a ideia de ‘corrigir’ a cidade, mas ele próprio, imediatamente, se *corrige*:

“Procuremos por nossa parte as obras que podem ser melhoradas; e comecemos pelas obras públicas. O mais importante e maior das coisas é a cidade em si, ou melhor, se quisermos compreendê-la como região da cidade. A região onde o arquiteto negligente teria fundado sua cidade, provavelmente sofrerá dos defeitos e devem ser corrigidos.” (X, 1 p. 469 = Krüger p. 625)

Mas, então, passa a falar de terraplanagem de pântanos e áreas molhadas e não de readequação ou reconstrução de cidades. Ficamos diante de uma espécie de

paradoxo: os homens são, sobretudo na Itália do século XV, cidadãos da cidade e é nesta cidade que, eventualmente, deverá se construir um palácio – outras vezes, tendo de comprar edifícios existentes e remodelando, em vez de iniciar uma obra a partir de um lote vazio. Mas não vamos falar sobre reconstrução da cidade para corrigir quaisquer defeitos (o Renascimento inevitavelmente herda a cidade medieval), vamos pensar na fundação de uma cidade do nada. Embora ressaltando que o tema não é necessariamente relevante no momento em que Alberti escreve seu tratado (mas que será mais tarde, quando se começa a construir cidades, especialmente no Novo Mundo).

Construir uma cidade não é como a construção de um palácio. Nós temos a sensação de que Alberti fala tanto de uma cidade, por um lado, porque, ao menos, desde Aristóteles e sua ‘Política’, passar sobre o tema é uma espécie de ‘obrigação’ para um teórico, e em segundo lugar, se deve falar sobre a reestruturação de uma cidade existente, e disso ele só poderia falar de casos específicos, sem poder alcançar modelos ou formas atemporais, de gênero abstrato. Em termos de reestruturação, há apenas casos específicos, mesmo que tenhamos visto que Alberti geralmente procura evitar a destruição (a própria antiguidade dos edifícios lhes confere uma dignidade superior).

Mesmo com relação a uma cidade a ser construída a partir do nada, Alberti dá apenas algumas poucas indicações genéricas. A cidade deveria ser murada e formar um círculo perfeito e, certamente, é esta a melhor relação entre o tamanho do espaço ocupado e o comprimento dos muros, mas isso é uma geometria simples; mais adiante Alberti diz:

“Não há para cercar as cidades uma única e universal regra a ser aplicada em todos os lugares. (...) Nós já dissemos que a cidade dotada da maior capacidade será circular. (...) Vamos devemos procurar aproveitar as oportunidades que nos são oferecidas pelo local, como observamos o que foi feito pelos antigos que aproveitaram tanto as vantagens quanto as limitações do lugar.” (IV, 3 p. 197, 199, 200 = Krüger p. 292-297)

Adaptar-se, sempre adaptar-se; nunca chegar com soluções preestabelecidas; em face de um problema para resolver, fazer as perguntas certas. Para o resto, a cidade se situar no

meio de um território; e este deve dar todos os benefícios que eles precisam (este é o velho sonho autárquico e conservador de origem Pitagórica):

“[...] convém estabelecer a cidade de modo que, na medida em que a razão e a condição das coisas humanas permitem, seu próprio território o suprindo sem que ela necessidade procurar mais nada em outro local. (...) Conseqüentemente, eis aqui minha regra: qualquer que seja a região para se fundar uma cidade, debes de tudo para que esta cidade garanta a todos os benefícios necessários, sem que sofram nenhum inconveniente.” (IV, 2 p. 191-192 = Krüger p. 286)

Notamos que este tipo de observação é parte da natureza deste tipo de tratado. Dizer que a cidade deve ter o maior benefício e a menos inconveniência não é de grande originalidade, ou melhor, é precisamente com este objetivo que o texto é escrito. Esta é própria natureza implícita de um tratado. Ao contrário, este pode ser um aspecto do tratado que poderia dar a impressão de que a cidade descrita por Alberti possui qualidades que não são necessariamente comuns. Como sabemos a partir do que o próprio Alberti disse sobre o plano em sua obra, em análise feita por Françoise Choay em seu ‘A Regra e o Modelo’, examinando essas questões a partir da perspectiva da necessidade, da utilidade, e do prazer. No entanto, esta terceira dimensão não estava sempre presente em outros pensadores sobre a cidade. Alberti é, portanto, preciso quando diz que:

“[...] a cidade deve ser projetada não só para atender às necessidades dos habitantes, mas, também, deve oferecer, no que tange aos assuntos públicos, espaços e edifícios agradáveis que contribuam à ornamentação e ao prazer, e ainda praças, passeios, jardins, parques, piscinas, etc. (IV, 3 p.197 = Krüger p. 293 – todas as coisas que podem ser encontradas no Livro VIII).

É provavelmente neste ponto que chegamos mais próximo do que poderia ser a ‘cidade do Renascimento’: uma cidade que possua em seu centro os espaços de deleite. Alberti insiste ainda em outra passagem do Livro VIII sobre a ausência de salas de espetáculos,

especialmente para concertos e teatro, pontualmente nas cidades de seu tempo (o que mostra bem que constante referência ao modelo antigo não o impede de propor suas considerações aplicáveis para um futuro advir, como será mostrado mais tarde na história das cidades européias). A ênfase colocada pela tratado albertiano na paisagem vai na mesma direção; mais de uma vez, o autor insiste no deleite que procuramos quando buscamos a beleza nos caminhos de paisagens circundantes.

Se essas ideias permitem medir o grau de clarividência de Alberti, que traça novas perspectivas, que transformarão, progressivamente, o modo de se pensar a cidade, algumas passagens do início do Livro V são marcantes por seu realismo, vejam sua *sprejudicatezza*, sua falta de escrúpulos. Nós conhecemos as páginas sobre a distinção entre cidade real, aceita por todos, e a cidade do ‘tirano’ que impõe seu poder a uma população relutante em se submeter e que deve se proteger contra esses próprios concidadãos através da instalação de uma cidadela no coração da própria. Certamente, podemos trazer à tona essas páginas do Príncipe (*De principatibus*) de Maquiavel, e ver neste a prefiguração de uma autonominação do domínio político, que já não dependeria da moral, mas que parece ser uma estranheza dentro da obra de Alberti. Seria uma maneira de permitir que todos pudessem ler sobre no plano de uma cidade se você estaria diante da face de uma cidade de um rei ou diante da cidade de um tirano?

Como já mencionamos, Alberti trabalhou para Sigismondo Malatesta, o tirano de Rimini, mas seria possível enviar conselho a um tirano dizendo explicitamente que ele é um ‘tirano’? Quando vemos o texto como uma anomalia, é claro que é possível imaginarmos soluções: na primeira versão, a palavra ‘tirano’ não aparece, e é só mais tarde que Alberti introduziu esta palavra, para que não fosse mal interpretado sobre aquilo que havia dito, etc. No fundo, na ausência de evidência, esta passagem mantém-se em mistério. Existe outra passagem, ainda no início do Livro V, que pode demonstrar seu realismo amoral:

“Dividimos a cidade muito convenientemente através de um muro interior que considero deva ser criado não como um diâmetro, mas na forma de um círculo que deve estar contido dentro de outro círculo: assim, os mais ricos, que gostam de ter vastos

espaços, estarão facilmente afastados do outro espaço, e abandonarão de bom grado o mercado e do centro da cidade, com suas lojas e oficinas, os necessitados que fiquem ao redor do fórum. Sob estas condições estará a turfa infame dos cozinheiros, açougueiros, etc, embora fale Gnathon de Térence ameaçar que estes irão gerar menos suspeita se não estivessem muito excluídos.” (V,1 p. 223 = Krüger p. 319)

Construir pura e simplesmente um muro dentro da cidade para separar o povo dos ‘principais cidadãos’ pode parecer um cinismo revoltante, mas notemos que essa proposição permanece estritamente no âmbito da ‘cidade do tirano’: o tirano deve separar os cidadãos uns dos outros, a fim de controlar a cidade com mais facilidade; sua muralha interior será mais prontamente aceita pelos cidadãos mais ricos se eles estiverem localizados do lado de fora do círculo central – isto é tudo. Pensar que Alberti prescreve isolar neste ponto os grupos sociais, ou confinar as pessoas (necessariamente perigoso) atrás das muralhas seria um contrassenso. No entanto, é claro quando estabelece que deva haver quarteirões com funções diferentes, apesar de se verificar que também neste ponto, o pensamento Alberti parece ser flexível, uma vez que são áreas diferentes, mas admitimos num raciocínio final que uma certa interpenetração se faz útil:

“A presença de várias oficinas de artesãos em locais apropriados em diversas ruas e bairros contribuirá significativamente para a aprovação da cidade: no fórum, os trocadores, pintores e ourives; logo atrás deste estarão lojas de especiarias, alfaiatarias e, finalmente, todos os comércios considerados limpos, mas os comércios fétidos e infecciosos considerados infames, especialmente os curtumes e lixos serão relegados à periferia da cidade (...). Alguns, sem dúvida, gostarão das áreas nobres dos bairros livre de qualquer sujeira das pessoas comuns. Outros preferirão que todas as partes da cidade, sem exceção, estejam equipadas com tudo para oferecer o que possa ser de utilidade na cidade, e é por isso que eles não se recusam a ver lojas próximas às grandes casas. Mas é exatamente sobre este ponto. A evidente utilidade requer uma coisa, a dignidade da outra.” (VII,1 p. 321 = Krüger p. 432)

Na realidade – e este é o ponto que devemos considerar – o pensamento albertiano sobre a cidade é caracterizado pela interrogação. É preciso se fazer perguntas. Em muitos casos, Alberti dá respostas vagas que realmente não ajudam a resolver os problemas que alimentaram o pensamento quando se colocou os casos concretos. Esta solução é compatível com a dignidade? Posso fazer melhor no que diz respeito à necessidade, à utilidade, à agradabilidade? Etc. Ele propõe um programa teórico suficientemente flexível para se adaptar à realidade e influenciar gradualmente as maneiras de se fazer as coisas. O simples fato de se questionar sobre a questão do ‘ornamento’ das cidades permite que ele enuncie um resultado que se assemelhe a um programa:

“Mas o ornamento principal das cidades reside no local, o traçado, a configuração e a posição das ruas, do fórum e dos edifícios, de tal forma que todos estejam bem localizados e distribuídos de acordo com o uso, a comodidade e a dignidade de todos. De fato, no fim, nada parecerá cômodo, agradável e digno.” (VII,1 p. 320 = Krüger p. 430)

Nada disso que foi dito é concreto, mas a palavra essencial a ser dita: ordem. A cidade de acordo com os desejos de Alberti não é necessariamente feita de avenidas retas e casas em estilo moderno; no entanto, ele obedece a uma ordem, ou seja, uma reflexão. Vimos que as posições políticas de Alberti são fundamentalmente conservadoras, mas a ordem não impede o progresso se este progresso for ordenado, isto é, de acordo com a natureza e a razão.